

SUMÁRIO

ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO DO COORDENADOR.....	7
CRONOLOGIA DE FATOS MARCANTES DA CARREIRA DE MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA	9
NOTA DOS AUTORES.....	13
SOBRE OS AUTORES.....	15
CAPÍTULO I – INSOLVÊNCIA E CRISE DAS EMPRESAS	29
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI	
1. Adimplemento/inadimplemento	31
2. Insolvência, na visão tradicional.....	32
3. Insolvência e execução.....	33
4. Insolvabilidade.....	33
5. Critérios de aferição da insolvabilidade	34
6. Insolvência, acepções atuais	34
7. A crise das empresas e a economia de mercado	36
8. Ainda a propósito da crise das empresas.....	37
CAPÍTULO II – A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E SEU SANEAMENTO....	41
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI	
1. As crises das empresas e as respostas do direito	43
2. A liquidação: prós e contras	44

3. O direito estatutário medieval e o surgimento do direito falimentar.....	45
4. A concordata, solução adequada?	47
5. A ideia de continuidade da empresa.....	52
6. A ideia de preservação da empresa.....	53
7. A evolução, a partir dos anos 1990.....	61
8. Direito concursal brasileiro ao longo dos tempos	67
9. Distinções fundamentais entre o Dec.-lei 7.661/1945 e o direito concursal vigente	74

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DISPOSIÇÕES GERAIS DA LEI 11.101/2005 (LRE).....

77

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. Disposições preliminares.....	79
1.1 Pressupostos subjetivos	79
1.2 Juízo competente	83
1.3 A atuação do Ministério Público	84
2. Disposições gerais	85
2.1 Inexigibilidades.....	85
2.2 Suspensão de ações e execuções.....	86
2.2.1 Exceções à regra de suspensão de ações e execuções.....	88
2.2.2 Aplicação da regra geral para sentenças estrangeiras ou arbitrais.....	91
2.3 Reserva de valores.....	92
2.4 Suspensão da prescrição.....	92
2.4.1 Interrupção da prescrição aquisitiva	93
3. Prevenção e antecipação de tutela.....	93
4. Distribuição de lucros	94
5. Responsabilidade de terceiros.....	94

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA: VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITO..... 97

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. O tratamento dos créditos na Lei 11.101/2005..... 99
2. Verificação e habilitação dos créditos 99
3. A convocação dos credores 100
4. Impugnação de crédito 103
5. Habilitação de crédito 104
6. Habilitações retardatárias..... 106
7. Processamento das impugnações e habilitações retardatárias.... 107
8. Quadro geral de credores 111
9. Ação ordinária de conteúdo rescisório..... 112
10. Verificação dos créditos fiscais na falência 113
11. Possibilidade de encerramento da recuperação judicial 115

CAPÍTULO IV-A – CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES – EXAME DOS ARTS. 20-A A 20-D DA LREF..... 117

MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA: O ADMINISTRADOR JUDICIAL E O COMITÊ DE CREDITORES..... 123

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. Teoria orgânica, algumas palavras 125
2. O administrador judicial: noções gerais e requisitos exigíveis 126
 - 2.1 Atribuições do administrador judicial..... 128
 - 2.2 Remuneração do administrador judicial..... 130
3. Comitê de credores: composição e constituição..... 131
 - 3.1 Atribuições e deliberações do comitê de credores 132
 - 3.2 Remuneração e reembolso de despesas do Comitê..... 134
4. Administrador judicial e comitê de credores: impedimentos, destituição e substituição, responsabilidade civil..... 134

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA: A ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES 137

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. Introdução 139
2. Atribuições da assembleia geral de credores 143
3. Regras de convocação e realização da assembleia de credores 146
 - 3.1 Normas referentes à realização da assembleia 148
4. Divisão dos credores em classes 151
5. Quóruns de instalação e deliberação 153
6. Votação e deliberações 154
 - 6.1 Peculiaridades quanto às formas alternativas de deliberação 157
 - 6.2 Invalidade das deliberações dos credores 158
 - 6.2.1 Vícios da própria assembleia 159
 - 6.2.2 Vícios de deliberação 159
 - 6.2.3 Vícios no voto e abuso do direito de voto 160

CAPÍTULO VII – A RECUPERAÇÃO JUDICIAL 161

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. Objetivos da recuperação judicial 163
 - 1.1 O dispositivo nuclear: art. 47 da Lei 11.101/2005 166
2. Requisitos de ajuizamento 167
 - 2.1 Requisito específico para companhia aberta 169
3. Os credores sujeitos à recuperação judicial e os excluídos 170
4. Recuperação judicial do produtor rural 172
5. Meios de recuperação judicial 174
6. Regramento especial do credor em moeda estrangeira 175
7. Os meios de recuperação inseridos pela Lei 14.112/2020 176
 - 7.1 Regras tributárias 176

8. Pedido e processamento.....	177
8.1 Constatação prévia	180
CAPÍTULO VIII – O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	183
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI	
1. Algumas considerações jurídicas.....	185
2. Apresentação do plano	188
3. Conteúdo do plano	188
3.1 O plano de recuperação e a jurisprudência do TJSP	189
3.2 A possibilidade de modificação do plano.....	193
4. Objeção ao plano	194
5. Disciplina especial dos créditos trabalhistas.....	194
CAPÍTULO VIII-A – O PLANO DOS CREDORES.....	197
ADRIANA V. PUGLIESI	
1. Introdução	199
1.1 Tutela do crédito e preservação da empresa: princípios com o mesmo peso no direito da insolvência	200
2. A <i>ratio</i> econômica e jurídica do plano dos credores: melhoria no equilíbrio de forças entre devedor e credores	203
2.1 Por qual razão os credores precisam ter voz na elaboração do plano?	204
3. O plano alternativo dos credores na Recuperação Judicial do sistema jurídico brasileiro.....	206
3.1 Hipóteses de cabimento	207
3.1.1 Inspiração na disciplina do direito norte-americano ...	208
3.1.2 O cabimento do plano alternativo de credores por decurso do prazo de suspensão das ações e execuções.....	210
3.1.3 A segunda hipótese de cabimento do plano alternativo: a reaprovação do plano do devedor.....	211

4.	Disciplina legal do plano alternativo dos credores no Direito Brasileiro	212
4.1	Os acionistas do devedor titulares de crédito sujeito aos efeitos da recuperação judicial podem votar o plano alternativo dos credores?	213
4.2	Requisitos legais do plano alternativo dos credores	216
CAPÍTULO IX – PROCEDIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – EXAME DOS DISPOSITIVOS DOS ARTS. 55 A 69-F		219
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO		
CAPÍTULO IX-A – CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL DE GRUPOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL		255
ADRIANA V. PUGLIESI		
1.	Introdução: Construção jurisprudencial anterior à reforma (Lei 14.112/2020).....	257
2.	Regime atual da consolidação processual e substancial de grupos de empresas na Recuperação Judicial	259
2.1	Consolidação Processual.....	260
2.2	Consolidação Substancial	262
CAPÍTULO X – O PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO PARA A PEQUENA EMPRESA – EXAME DOS ARTS. 70 A 72 DA LREF, COM AS ALTERAÇÕES DA LC 147, DE 07.08.2014 E DA LEI 14.112/2020		265
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO		
CAPÍTULO XI – A FALÊNCIA: NOÇÕES GERAIS.....		273
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI		
1.	Falência, a segunda alternativa	275
2.	Uma postura diferente do legislador	278
3.	Unidade, indivisibilidade e universalidade do juízo falimentar... ..	281
4.	Eficácia imediata do decreto de falência, quanto às obrigações do falido.....	283

5. Regras de distribuição e caráter preferencial dos processos.....	284
6. Efeitos quanto aos créditos remanescentes de recuperação judicial.....	284
7. Extensão da falência e representação da falida.....	285
8. Responsabilidade civil dos sócios, administradores e controladores.....	287
9. Desconsideração da personalidade jurídica.....	289
CAPÍTULO XII – A CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NA FALÊNCIA – EXAME DOS ARTS. 83 E 84 DA LEI 11.101/2005	291
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
CAPÍTULO XIII – O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO – EXAME DOS ARTS. 85 A 93 DA LREF.....	303
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
CAPÍTULO XIV – O PROCEDIMENTO PARA A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA – EXAME DOS ARTS. 94 A 101 DA LREF	321
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
CAPÍTULO XV – A INABILITAÇÃO EMPRESARIAL, OS DEVERES E DIREITOS DO FALIDO – EXAME DOS ARTS. 102 A 104 DA LEI 11.101/2005	343
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
CAPÍTULO XVI – A AUTOFALÊNCIA – EXAME DOS ARTS. 105 A 107 DA LREF.....	351
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
CAPÍTULO XVII – A ARRECADAÇÃO E A CUSTÓDIA DOS BENS – EXAME DOS ARTS. 108 A 114-A DA LREF	357
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	
CAPÍTULO XVIII – OS EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO DEVEDOR – EXAME DOS ARTS. 115 A 128 DA LEI 11.101/2005	365
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	

CAPÍTULO XIX – A FALÊNCIA: INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA 379

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. Eficácia retroativa da falência e os planos de exame do negócio jurídico 381
2. Atos ineficazes em relação à massa falida (art. 129 e seus incisos da Lei 11.101/2005) 383
 - 2.1 Pagamento de dívidas não vencidas (art. 129, I, da Lei 11.101/2005) 383
 - 2.2 Pagamento por forma não prevista no contrato (art. 129, II, da Lei 11.101/2005) 384
 - 2.3 Constituição de direito real de garantia (art. 129, III, da Lei 11.101/2005) 387
 - 2.4 Atos a título gratuito (art. 129, IV, da Lei 11.101/2005) 387
 - 2.5 Renúncia à herança ou legado (art. 129, V, da Lei 11.101/2005) 388
 - 2.6 Alienação de estabelecimento (art. 129, VI, da Lei 11.101/2005) 388
 - 2.7 Registros ou averbações posteriores à falência (art. 129, VII, da Lei 11.101/2005) 390
3. Ação revocatória falimentar (art. 130 da Lei 11.101/2005) 390
4. A eficácia de certos atos 391
5. Questões processuais da ação revocatória 392
6. Efeitos da procedência da revocatória e do reconhecimento da ineficácia 394

CAPÍTULO XX – A FALÊNCIA: REALIZAÇÃO DO ATIVO 397

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI

1. A importância da fase da realização do ativo na Lei 11.101/2005.... 399
2. Início imediato da realização do ativo 402
3. Ordem de preferência para a alienação dos bens 402
4. Peculiaridades da alienação de ativos 403
 - 4.1 Sub-rogação de todos os credores no produto da realização dos ativos 403

4.2	Inexistência de sucessão das obrigações do falido	404
4.3	Possibilidade de novos contratos de trabalho	407
5.	Modalidades de alienação do ativo	407
6.	Outras modalidades de alienação	409
7.	Dispensa de apresentação de certidões negativas	411
CAPÍTULO XXI – O PAGAMENTO DOS CREDORES – EXAME DOS ARTS. 149 A 153 DA LREF		413
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO		
CAPÍTULO XXII – A FALÊNCIA: O ENCERRAMENTO E A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO		421
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI		
1.	Introdução	423
2.	Prestação de contas e relatório final do administrador judicial	423
3.	O encerramento da falência	425
4.	Extinção das obrigações	427
5.	O procedimento da extinção das obrigações	427
6.	A personalidade jurídica da sociedade falida	429
CAPÍTULO XXIII – A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL – EXAME DOS ARTS. 161 A 167 DA LREF		431
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO		
CAPÍTULO XXIII-A – INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL		445
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO		
1.	A disciplina da insolvência transnacional, finalmente	447
2.	Os negócios e as fronteiras	447
3.	As soluções existentes	448
3.1	Territorialismo ou universalismo	448
3.2	O Direito Europeu ou a Lei Modelo da Uncitral	449

4. Direito nacional, internacional ou transnacional?	449
5. A opção pela lei modelo da Uncitral	449
6. A estrutura da disciplina legal	450
7. Os objetivos visados	450
7.1 Normas de interpretação e aplicação	451
8. As definições fundamentais	452
9. Os casos de aplicação	453
10. O juízo competente	454
11. Quem está autorizado a atuar?	454
12. O acesso à jurisdição brasileira	455
13. Os direitos dos credores estrangeiros	455
14. O reconhecimento dos processos estrangeiros	456
15. A cooperação com autoridades e representantes estrangeiros ...	459
16. Os processos concorrentes	459
17. Normas acrescentadas à lei modelo no direito brasileiro	461
CAPÍTULO XXIV – DOS CRIMES FALIMENTARES	463
MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS	
1. Aspectos gerais	465
1.1 Introdução: um pouco de história	465
1.2 Nomenclatura	469
1.3 Natureza jurídica do crime falimentar	470
1.3.1 Crime falimentar: de dano ou de perigo?	470
1.4 Crimes falimentares próprios e impróprios	472
1.5 Crimes antefalimentares e crimes pós-falimentares	472
1.6 Crimes falimentares: dolosos e culposos?	473
1.7 Unitariedade ou pluralidade dos crimes falimentares	474
1.8 Concurso de crimes falimentares e crimes comuns	476
2. Dos crimes em espécie	477
2.1 Fraude a credores	478

2.2	Violação de sigilo empresarial.....	486
2.3	Divulgação de informações falsas.....	487
2.4	Indução a erro.....	488
2.5	Favorecimento de credores	489
2.6	Desvio, ocultação ou apropriação de bens	490
2.7	Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens	492
2.8	Habilitação ilegal de crédito	493
2.9	Exercício ilegal de atividade.....	494
2.10	Violação de impedimento	495
2.11	Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	497
3.	Disposições comuns	498
3.1	Equiparação ao devedor ou falido.....	498
3.2	Natureza jurídica da sentença. Condição objetiva de punibilidade.....	500
3.3	Efeitos da condenação por crime falimentar	500
3.3.1	Efeitos automáticos	501
3.3.2	Efeitos não automáticos	501
3.3.2.1	Inabilitação para o exercício de atividade empresarial	501
3.3.2.2	Impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das sociedades sujeitas a esta lei	501
3.3.2.3	Impossibilidade de gerir empresa por mandato ou gestão de negócio	502
3.3.3	Reabilitação penal.....	502
3.3.4	Registro Público das Empresas	504
3.4	Prescrição da pretensão punitiva e executória dos crimes falimentares.....	505
4.	Do procedimento penal	506
4.1	Da competência para o processamento e julgamento dos crimes falimentares	506

4.2	Denúncia e queixa subsidiária.....	508
4.3	Procedimento dos crimes falimentares	509
4.4	Exposição circunstanciada e inquérito policial	510
4.5	Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal.....	511
CAPÍTULO XXV – AS LIQUIDAÇÕES EXTRAJUDICIAIS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		513
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e ADRIANA V. PUGLIESI		
1.	Introdução	515
2.	Intervenção e liquidação extrajudicial.....	518
2.1	A intervenção	519
2.2	A liquidação extrajudicial	520
3.	Indisponibilidade dos bens dos administradores.....	523
4.	Responsabilidade dos administradores e membros do conselho fiscal	524
4.1	Responsabilidade solidária de controladores de finan- ceiras.....	527
5.	Regime de administração especial temporária	527
CAPÍTULO XXVI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS – EXAME DOS ARTS. 189 A 201 DA LREF.....		529
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO		
BIBLIOGRAFIA.....		541
MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO		
BIBLIOGRAFIA.....		547
PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO		
BIBLIOGRAFIA.....		555
ADRIANA V. PUGLIESI		
BIBLIOGRAFIA.....		559
MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS		